



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1008118-69.2018.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Licença Prêmio**
 Requerente: **Renata Napolitano Pinto Giuliano**
 Requerido: **SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **GABRIELA MULLER CARIOBA ATTANASIO**

Vistos.

Trata-se de ação ajuizada por **Renata Napolitano Pinto Giuliano** contra a **São Paulo Previdência – SPPREV** e a **Fazenda Pública do Estado de São Paulo** na qual alega que é policial militar inativa e, ao tempo do desligamento da Corporação, não usufruiu de todos os períodos aquisitivos de licença-prêmio, remanescendo 66 dias, sendo 30 dias referentes ao período aquisitivo compreendido entre 05/10/1988 a 03/10/2003 e 36 dias referentes ao período aquisitivo compreendido entre 05/09/2008 a 28/09/2013. Requer a procedência do pedido, com a condenação da requerida ao pagamento do valor referente à licença-prêmio não gozada, no importe de R\$13.122,73, devidamente corrigido.

Acompanharam a inicial os documentos de fls. 08/12.

Citada, as requeridas apresentaram contestação (fls. 21/41) e, preliminarmente, alegaram a ilegitimidade passiva da Fazenda Pública. No mérito, sustentam a inexistência do direito ao pagamento da licença-prêmio não gozada, bem como impugnaram o período e o valor da licença prêmio não usufruída.

Houve réplica (fls. 44/46).

É o relatório.

Fundamento e decido.

O processo comporta imediato julgamento, a teor do disposto no inciso I do art. 355, do Código de Processo Civil, tratando-se de matéria de direito a ser apreciada, sendo satisfatória a prova documental já existente nos autos para apreciação das questões fáticas.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Inicialmente, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva da Fazenda Estadual, pois compete a ela fazer o repasse da importância correspondente à aposentadoria da autora, a despeito da criação de autarquia para sua melhor administração. Ademais, a pretensão deduzida nestes autos se refere a período em que a parte autora se encontrava na ativa e, portanto, vinculada à FESP, com quem mantinha relação jurídico-funcional, daí sua legitimidade passiva ad causam.

No mérito, o pedido merece acolhimento.

A controvérsia gira em torno do direito da parte autora em ser indenizada pelo tempo correspondente à licença-prêmio referente a período aquisitivo não fruído enquanto em atividade junto à ré.

Pois bem.

A certidão trazida com a inicial (fls. 11/12) revela que a autora **não usufruiu 66 dias** de licença-prêmio, sendo 30 (trinta) dias referentes ao período aquisitivo compreendido entre 05Out88 a 03Out03 e 36 (trinta e seis) dias referentes ao período aquisitivo compreendido entre 30Set08 a 28Set13, portanto, tem crédito a receber, já que em razão de seu desligamento da Corporação não lhe é possível usufruir o benefício em dias de descanso e a falta de pagamento constitui enriquecimento indevido da Administração.

Neste sentido é a Jurisprudência:

"POLICIAL MILITAR INATIVO LICENÇA-PRÊMIO – CONVERSÃO EM PECÚNIA - Admissibilidade - Não tendo o servidor gozado período de licença-prêmio e os dias de dispensa-recompensa, quando em atividade, deve o Estado indenizá-la em pecúnia - Inocorrência de prescrição. Recurso improvido" (Apelação 0026196-62.2011.8.26.0053, 7ª Câmara de Direito Público, Relator Moacir Peres).

"LICENÇA PRÊMIO Primeiro Sargento reformado da Polícia Militar. Direito de perceber, em dinheiro, o valor correspondente ao período não usufruído quando em atividade. Incidência do princípio que veda o enriquecimento sem causa. Caráter indenizatório da pretensão. Recursos (voluntário da Fazenda e reexame necessário) aos quais se nega provimento" (TJSP, Ap. 207.358.5/0-00, 8ª Câ. "A" de Dir. Pub., j. 28.6.2006, v.u., rel. Dês. Mourão Neto).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para condenar as requeridas ao pagamento da quantia relativa a **66 dias** de licença-prêmio, sendo 30 (trinta) dias referentes ao período aquisitivo compreendido entre 05Out88 a 03Out03 e 36 (trinta e seis) dias referentes ao período aquisitivo compreendido entre 30Set08 a 28Set13.

A atualização monetária deve ser feita de acordo com o IPCA-E, e juros de mora, nos termos da caderneta de poupança, conforme se decidiu no julgamento do REsp 1.495.146-MG, Tema 905, sob a sistemática de Recursos Repetitivos, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 22/02/2018, DJe 02/03/2018. Apenas se faz a observação de que, caso haja modulação pelo STF, em sede de cumprimento de sentença, quanto ao RE 870.947, relativo ao Tema 810, d.j. 20.09.2017, deve ser observado no cálculo o que ficar decidido, por se tratar de matéria de ordem pública.

O requerimento de cumprimento de sentença deverá vir instruído com memória de cálculo que atenda aos requisitos do art. 534 do CPC/2015.

Ante o caráter indenizatório da verba não se admitirá a retenção de imposto de renda, em conformidade com a Súm. 125 e precedentes do Superior Tribunal de Justiça: AgRg no REsp 1.114.982/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ªT, DJe 21/10/2009; REsp 1128412/RS, Rel. Min. Eliana Calmon, 2ªT, DJe 26.02.2010.

Não há condenação nos ônus da sucumbência, já que o feito foi processado nos termos da Lei 12.153/09.

P.I.

São Carlos, 27 de setembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**